

# **Políticas Públicas Em Saúde Da Mulher: Avanços E Desafios No Cenário Brasileiro**

**Tandara Deitos**

*Universidade Federal De Santa Maria*

**Andressa Maiara De Almeida Machado**

*Universidade Federal De Santa Maria - Campus Frederico Westphalen/Rs*

**Isabella Peixoto Dos Santos**

*Instituto De Doenças Do Tórax / Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (Idt/ Hucff/ Ufrj)*

**Alexandre Magno Teixeira Medeiros**

*Medicina Zarns Salvador (Instituto De Ensino Em Saude - Ies)*

**Diana Muniz Pinto**

*Universidade Estadual Do Ceará*

**Wildilene Leite Carvalho**

*Hospital Universitário Da Universidade Federal Do Maranhão/ Ebserh*

**Adelcio Machado Dos Santos**

*Ufsc*

**Matheus Da Silva Maciel**

*Centro Universitário Fametro*

**Germana Maria Da Silveira**

*Universidade Estadual Do Ceará (Uece)*

**Amanda Naiara Barbon De Almeida**

*Unicesumar*

**Sueli Alves Nascimento Batista**

*Eeufba*

---

## **Resumo:**

*O objetivo deste estudo foi analisar os avanços e desafios nas políticas públicas em saúde da mulher no Brasil, buscando compreender a implementação e os impactos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM). Utilizando uma abordagem de revisão integrativa, foram utilizadas palavras-chave e descritores de busca para a seleção de artigos nas plataformas SciELO e Google Acadêmico. Como critério de inclusão, foram selecionados apenas brasileiros, em português e publicados entre os anos de 2018 e 2023. Os resultados revelam que a PNAISM visa ampliar o cuidado à saúde da mulher para além do aspecto reprodutivo, abrangendo todas as fases do ciclo de vida feminino. No entanto, o sistema de saúde enfrenta dificuldades em atender às necessidades específicas de grupos vulneráveis, como mulheres indígenas, lésbicas e presidiárias, evidenciando lacunas na implementação efetiva da política. Embora haja avanços, como a identificação de áreas prioritárias de atenção, também existem obstáculos, como a efetivação do cuidado integral ao longo da vida da mulher. Destaca-se a importância de uma abordagem que contemple todas as dimensões da saúde da mulher e a participação ativa do movimento feminista na formulação e implementação de políticas públicas. Ainda há desafios a serem superados, como a cobertura total da população feminina e a garantia de um cuidado não*

*discriminatório e inclusivo por parte dos profissionais de saúde. Em suma, a busca por uma saúde da mulher integral e equitativa requer uma abordagem colaborativa e contínua entre a sociedade civil e as instituições públicas.*

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Saúde da mulher; PNAISM.

---

Date of Submission: 28-05-2024

Date of Acceptance: 08-06-2024

---

## I. Introdução

As políticas públicas em saúde da mulher têm sido um tema central no cenário brasileiro, refletindo a importância da equidade de gênero e do acesso universal aos serviços de saúde. Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem testemunhado uma série de iniciativas governamentais e da sociedade civil voltadas para a promoção do bem-estar feminino e o enfrentamento de questões específicas relacionadas à saúde da mulher. Essas políticas visam garantir que as mulheres tenham acesso adequado a serviços de saúde reprodutiva, prevenção de doenças, assistência obstétrica e ginecológica, além de promover ações de educação em saúde e prevenção da violência de gênero (Raposo; Mascarenhas; Costa, 2021).

A atenção à saúde da mulher engloba uma variedade de dimensões que visam garantir o bem-estar físico, mental e emocional das mulheres em todas as fases de suas vidas. Isso inclui cuidados relacionados à saúde reprodutiva, como planejamento familiar, prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, acompanhamento pré-natal e assistência ao parto. Além disso, envolve a promoção da saúde materna e neonatal, com foco na redução da mortalidade materna e infantil, através de ações de prevenção, diagnóstico precoce e cuidados obstétricos de qualidade (Negraes; Barba, 2022).

A atenção à saúde da mulher também abrange aspectos relacionados à saúde mental, incluindo a prevenção e tratamento de transtornos psicológicos específicos, como depressão pós-parto e ansiedade, bem como o combate à violência de gênero, oferecendo suporte e assistência às vítimas. Além disso, a promoção de estilos de vida saudáveis, a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e o acesso a serviços de saúde de qualidade são componentes essenciais da atenção à saúde da mulher, contribuindo para sua qualidade de vida e bem-estar geral (Ferreira et al., 2020).

No entanto, apesar dos esforços empreendidos, ainda persistem desafios significativos no campo da saúde da mulher no Brasil. Questões como desigualdades sociais e regionais no acesso aos serviços de saúde, falta de investimento em infraestrutura de saúde, carência de profissionais qualificados e barreiras culturais e socioeconômicas continuam a afetar negativamente o acesso das mulheres aos cuidados de saúde adequados. Além disso, a violência contra a mulher, incluindo a violência doméstica, sexual e obstétrica, representa uma grave questão de saúde pública que demanda respostas eficazes por parte das políticas públicas (Mendes, 2016).

Diante deste contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar os avanços e os desafios nas políticas públicas em saúde da mulher no cenário brasileiro. Espera-se que os resultados desta pesquisa forneçam subsídios teóricos e práticos para aprimorar as estratégias de intervenção e formulação de políticas voltadas para a saúde da mulher no país. Ao compreender os progressos alcançados e os obstáculos enfrentados, será possível direcionar esforços para fortalecer os programas de saúde da mulher, promovendo uma abordagem mais holística e eficaz para atender às necessidades específicas desse grupo populacional.

## II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão integrativa, que é uma abordagem metodológica que permite a síntese de evidências de estudos de diferentes desenhos metodológicos sobre um determinado tema. Essa escolha metodológica foi justificada pela necessidade de obter uma visão abrangente e aprofundada sobre a implementação e os desafios enfrentados pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), abordando diferentes perspectivas e evidências disponíveis na literatura científica.

Para a realização do levantamento de dados, foram utilizados os bancos de dados do Google Acadêmico e Scielo, considerando que são plataformas que abrangem uma ampla variedade de periódicos científicos e que incluem publicações relevantes na área da saúde. Foram utilizadas palavras-chave específicas e descritores de busca, combinados com operadores booleanos (AND e OR), de modo a garantir uma busca abrangente e precisa.

A seleção dos estudos foi realizada de acordo com critérios de inclusão pré-estabelecidos, os quais incluíam: seleção somente de artigos científicos, artigos de origem brasileira, artigos em língua portuguesa, artigos completos, artigos gratuitos, artigos associados ao tema da pesquisa e artigos publicados no período entre 2018 e 2023. Por outro lado, foram excluídos outros tipos de estudos, como teses, resumos de congressos e relatórios técnicos, com o intuito de manter o foco na análise de estudos científicos relevantes e robustos.

A análise dos dados foi realizada em duas etapas distintas. Na primeira etapa, foram realizadas leituras dos títulos e resumos dos artigos identificados na busca inicial, a fim de verificar sua relevância e adequação aos critérios de inclusão estabelecidos. Na segunda etapa, os artigos selecionados na primeira etapa foram lidos na

íntegra para uma análise mais detalhada, permitindo a identificação de informações relevantes para a pesquisa. Ao final do processo, foi obtida uma amostra final composta por três artigos científicos que atenderam aos critérios de inclusão e foram considerados mais pertinentes para a investigação em questão.

### III. Resultados E Discussões

**Quadro 1. Artigos selecionados**

Autores	Objetivo	Metodologia	Conclusão
Santana et al. (2019)	Analisar os avanços e desafios para a concretização da atual Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	Revisão de literatura	Apesar dos conflitos após sua implementação, a atenção integral à saúde da mulher redefine o papel feminino na sociedade, ampliando seu cuidado para além da reprodução e do ciclo gravídico-puerperal. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) estabeleceu áreas prioritárias, como mulheres indígenas, lésbicas e presidiárias, mas o sistema de saúde enfrenta desafios em atender às suas necessidades específicas. Os estudos analisados revelaram avanços e fragilidades dessa política, destacando a importância de uma abordagem integral ao longo de todo o ciclo de vida da mulher. Há um marco a ser avançado pelas gestões intergovernamentais em direção à integralidade assistencial, além da necessidade de um controle social efetivo por parte das mulheres na implantação e avaliação dessas políticas.
Souto e Moreira (2021)	Abordar a trajetória de elaboração da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher a partir da participação social do movimento de mulheres	Pesquisa bibliográfica	Ao longo do período que abrange desde o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) até a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), assim como da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) até o Sistema Único de Saúde (SUS), o movimento feminista desempenhou um papel fundamental na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres. Sua atuação foi marcada por uma trajetória de participação social que transitou das ruas às instâncias institucionais, como conselhos de saúde e direitos das mulheres, e conferências de saúde e políticas para as mulheres, visando ampliar direitos e implementar políticas públicas específicas. No entanto, apesar dos avanços conquistados, enfrentou desafios significativos, especialmente no que diz respeito à garantia de uma atenção integral à saúde da mulher e à defesa dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. A participação social, tanto nos espaços institucionalizados quanto nos fóruns autônomos, tem sido crucial para monitorar e implementar as políticas de saúde da mulher, mas encontrar um equilíbrio entre a participação radical do movimento feminista e a atuação nos espaços institucionalizados pode ser fundamental para avançar na implementação da política e evitar retrocessos. A defesa da democracia e do SUS também se integra à luta pela defesa da PNAISM, destacando a importância da mobilização social contínua para garantir que as conquistas na saúde das mulheres não sejam comprometidas.
Costa e Gonçalves (2019)	Compreender a situação em saúde da mulher, no Brasil, no que diz respeito à efetivação do direito à saúde com vistas ao que é assegurado nas Políticas Públicas de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM)	Revisão integrativa	Apesar das mulheres representarem a maioria da população brasileira e estarem mais presentes nas redes de saúde do que os homens, as políticas de saúde voltadas para elas são relativamente recentes. No entanto, essas políticas marcaram um avanço significativo na atenção e promoção da saúde da mulher, abandonando uma abordagem exclusivamente voltada para a reprodução feminina em favor de uma visão mais inclusiva e abrangente. Com respaldo legal e diretrizes do SUS, houve uma mudança de paradigma, considerando não apenas o papel das mulheres na sociedade, mas também suas lutas e fragilidades. Apesar desses avanços, há desafios a serem superados. A cobertura total da população feminina pelas políticas de atenção integral à saúde ainda não é efetiva, devido a fatores como vulnerabilidade, dificuldade de acesso, falta de

			informação, discriminação e falta de recursos. Destaca-se a importância do preparo dos profissionais de saúde para lidar com as necessidades específicas das mulheres, garantindo um cuidado não discriminatório e inclusivo. Assim, a atuação desses profissionais desempenha um papel crucial na melhoria da oferta de assistência e na promoção da saúde da mulher.
--	--	--	--

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

Os estudos discutem a implementação e os desafios enfrentados pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), conforme apresentado por Santana et al. (2019). A PNAISM é destacada por sua tentativa de ampliar o cuidado à saúde da mulher para além do âmbito reprodutivo, buscando uma abordagem integral que considere todo o ciclo de vida feminino.

Embora a PNAISM tenha estabelecido áreas prioritárias de atenção, como mulheres indígenas, lésbicas e presidiárias, o texto ressalta que o sistema de saúde enfrenta desafios em atender às necessidades específicas desses grupos. Isso sugere que, apesar dos esforços para uma abordagem mais inclusiva, ainda há lacunas na implementação efetiva da política.

Os estudos analisados pelos autores revelaram tanto avanços quanto fragilidades na implementação da PNAISM. Enquanto alguns aspectos da política foram bem-sucedidos, como a identificação de áreas prioritárias de atenção, outros enfrentaram dificuldades, como a efetivação do cuidado integral ao longo de todo o ciclo de vida da mulher.

Diante desse cenário, o texto aponta para a necessidade de avançar na busca pela integralidade assistencial, enfatizando a importância de uma abordagem que contemple todas as dimensões da saúde da mulher. Além disso, destaca a necessidade de um controle social efetivo por parte das mulheres na implantação e avaliação das políticas de saúde, evidenciando a importância de sua participação ativa na definição e monitoramento das políticas públicas que afetam suas vidas.

O texto de Souto e Moreira (2021) destaca o papel crucial do movimento feminista na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres, desde o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) até a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), e da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) até o Sistema Único de Saúde (SUS). Essa atuação foi marcada por uma trajetória de participação social, que transitou das ruas para as instâncias institucionais, como conselhos de saúde e direitos das mulheres, e conferências de saúde e políticas para as mulheres, com o objetivo de ampliar direitos e implementar políticas públicas específicas.

Apesar dos avanços conquistados, o movimento feminista enfrentou desafios significativos, especialmente no que diz respeito à garantia de uma atenção integral à saúde da mulher e à defesa dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. A participação social, tanto nos espaços institucionalizados quanto nos fóruns autônomos, foi crucial para monitorar e implementar as políticas de saúde da mulher.

Entretanto, o texto ressalta a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a participação radical do movimento feminista e a atuação nos espaços institucionalizados, para avançar na implementação da política e evitar retrocessos. Destaca-se também a importância da defesa da democracia e do SUS como parte integrante da luta pela defesa da PNAISM, enfatizando a necessidade de mobilização social contínua para garantir que as conquistas na saúde das mulheres não sejam comprometidas.

Costa e Gonçalves (2019) abordam a relevância das políticas de saúde direcionadas às mulheres, ressaltando que, apesar de representarem a maioria da população brasileira e estarem mais presentes nas redes de saúde em comparação com os homens, tais políticas são relativamente recentes. No entanto, essas políticas representaram um avanço significativo na atenção e promoção da saúde da mulher, ao abandonarem uma abordagem exclusivamente voltada para a reprodução feminina em favor de uma visão mais inclusiva e abrangente.

Com respaldo legal e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), houve uma mudança de paradigma, considerando não apenas o papel das mulheres na sociedade, mas também suas lutas e fragilidades. Apesar desses avanços, o texto destaca desafios a serem superados. A cobertura total da população feminina pelas políticas de atenção integral à saúde ainda não é efetiva, devido a diversos fatores, como vulnerabilidade, dificuldade de acesso, falta de informação, discriminação e escassez de recursos.

É ressaltada a importância do preparo dos profissionais de saúde para lidar com as necessidades específicas das mulheres, garantindo um cuidado não discriminatório e inclusivo. Nesse contexto, a atuação desses profissionais desempenha um papel crucial na melhoria da oferta de assistência e na promoção da saúde da mulher, destacando-se como elementos-chave para o sucesso das políticas de saúde voltadas para esse público-alvo.

#### **IV. Conclusão**

Diante da análise dos estudos sobre a implementação e os desafios enfrentados pelas políticas de saúde da mulher, é possível constatar uma série de avanços e fragilidades que refletem a complexidade do cenário atual. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) se destaca por sua tentativa de ampliar o cuidado além do aspecto reprodutivo, abrangendo todo o ciclo de vida feminino. No entanto, os estudos revelam que o sistema de saúde enfrenta dificuldades em atender às necessidades específicas de grupos como mulheres indígenas, lésbicas e presidiárias, evidenciando lacunas na implementação efetiva da política.

Os autores apontam tanto avanços quanto desafios na implementação da PNAISM. Enquanto alguns aspectos da política foram bem-sucedidos, como a identificação de áreas prioritárias de atenção, outros enfrentaram obstáculos, como a efetivação do cuidado integral ao longo de todo o ciclo de vida da mulher. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de avançar na busca pela integralidade assistencial, enfatizando uma abordagem que contemple todas as dimensões da saúde da mulher.

O papel do movimento feminista é destacado como fundamental na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres, transitando das ruas para as instâncias institucionais, buscando ampliar direitos e implementar políticas específicas. Contudo, o movimento enfrenta desafios na garantia de uma atenção integral à saúde da mulher e na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos, destacando a importância da participação social tanto nos espaços institucionalizados quanto nos fóruns autônomos.

Por fim, a relevância das políticas de saúde direcionadas às mulheres é ressaltada como um avanço significativo na promoção da saúde feminina, embora ainda existam desafios a serem superados, como a cobertura total da população feminina e a garantia de um cuidado não discriminatório e inclusivo por parte dos profissionais de saúde. Em suma, a busca por uma saúde da mulher integral e equitativa requer uma abordagem colaborativa e contínua, envolvendo tanto a sociedade civil quanto as instituições públicas na construção de políticas que atendam efetivamente às necessidades das mulheres em todas as fases de suas vidas.

#### **Referências**

- [1]. Costa, R. Da C. .; Gonçalves, J. R. . O Direito À Saúde, À Efetividade Do Serviço E À Qualidade No Acesso Às Políticas Públicas De Atenção À Saúde Da Mulher. *Revista Jrg De Estudos Acadêmicos* , Brasil, São Paulo, V. 2, N. 4, P. 119–142, 2019.
- [2]. Ferreira, V. C. Et Al. Saúde Da Mulher, Gênero, Políticas Públicas E Educação Médica: Agravos No Contexto De Pandemia. *Revista Brasileira De Educação Médica*, V. 44, N. 1, 2020.
- [3]. Mendes, C. R. A. Atenção À Saúde Da Mulher Na Atenção Básica: Potencialidades E Limites. *Ensaio E Ciência C Biológicas Agrárias E Da Saúde*, [S. L.], V. 20, N. 2, P. 65–72, 2016
- [4]. Negraes, F. C.; Barba, M. L. A Qualidade Da Atenção À Saúde Da Mulher No Brasil A Partir Do Pmaq-Ab. *Brazilian Journal Of Development*, Curitiba, V.8, N.5, P.36346-36372, May., 2022
- [5]. Raposo, H. L. O. .; Mascarenhas, J. M. F. .; Costa, S. M. S. . A Importância Do Conhecimento Sobre As Políticas Públicas De Saúde Da Mulher Para Enfermeiros Da Atenção Básica. *Revista De Casos E Consultoria*, [S. L.], V. 12, N. 1, P. E26629, 2021.
- [6]. Santana, T. D. B. Et Al. Avanços E Desafios Da Concretização Da Política Nacional Da Saúde Da Mulher: Reflexão Teórica. *Revista De Atenção À Saúde*, V. 17, N. 61, 2019.
- [7]. Souto, K.; Moreira, M. R. Política Nacional De Atenção Integral À Saúde Da Mulher: Protagonismo Do Movimento De Mulheres. *Saúde Debate*, V. 45, N. 130, 2021.